

**O papel da mulher na construção de um serviço de assistência técnica e extensão rural
participativo**

**The role of women in the construction of a technical assistance service and participative
agricultural extension**

**El papel de la mujer en la construcción de un servicio de asistencia técnica y extensión
rural participativo**

Recebido: 02/11/2020 | Revisado: 05/11/2020 | Aceito: 10/11/2020 | Publicado: 14/11/2020

Camila Sobreira de Souza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1284-8597>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: camila.sobreira@ufv.br

Marcelo Leles Romarco de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2746-8407>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: marcelo.romarco@ufv.br

Nathália Thaís Cosmo da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6630-796X>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: nathaliacosmo@ufv.br

Resumo

A reformulação nos serviços de assistência técnica e extensão rural tem sido pauta de discussões no meio político e acadêmico nas últimas décadas. O principal enfoque desta mudança está no abandono do modelo difusionista-inovador em prol de uma ATER que promova a construção do conhecimento de maneira participativa. Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo apresentar a mulher rural como agente fundamental deste processo, ancorados em sua capacidade de mobilização dentro da comunidade e na valorização de seus saberes enquanto alguém que exerce uma jornada tripla de trabalho para a manutenção familiar. Esta pesquisa foi baseada em revisões bibliográficas e, através dessa, pôde-se concluir que a aproximação entre o extensionista e a mulher rural, contribuirá não

somente para este novo modelo de extensão como também para a autonomia e emancipação da mulher na zona rural brasileira.

Palavras-chave: Gênero; Extensão rural; Políticas públicas.

Abstract

The reformulation of technical assistance and agricultural extension services has been a topic of discussions in the political and academic environment in the last decades. The main focus of this change is the abandonment of the diffusionist-innovative model in favor of an ATER that promotes the construction of knowledge in a participatory manner. In this perspective, this article aims to present rural women as a fundamental agent of this process, anchored in their ability to mobilize within the community and in the valorization of their knowledge as someone who carries out a triple workday for family maintenance. This research was based on bibliographic reviews and, through this, it was concluded that the rapprochement between the extensionist and the rural woman, will contribute not only to this new extension model but also to the autonomy and emancipation of women in the Brazilian rural area.

Keywords: Gender; Agricultural extension; Public policies.

Resumen

La reformulación de los servicios de asistencia técnica y extensión rural ha sido tema de discusión en los círculos políticos y académicos en las últimas décadas. El foco principal de este cambio es el abandono del modelo difusionista-innovador en favor de un ATER que promueva la construcción del conocimiento de manera participativa. En esta perspectiva, este artículo tiene como objetivo presentar a la mujer rural como agente fundamental de este proceso, anclada en su capacidad de movilización dentro de la comunidad y en la valorización de sus conocimientos como quien realiza una triple jornada laboral para el mantenimiento de la familia. Esta investigación se basó en revisiones bibliográficas y, a través de ella, se pudo concluir que el acercamiento entre el extensionista y la mujer rural, contribuirá no solo a este nuevo modelo de extensión sino también a la autonomía y emancipación de la mujer en el área rural brasileña.

Palabras clave: Género; Extensión rural; Políticas públicas.

1. Introdução

A década de 40 foi marcada por diversos acontecimentos históricos no panorama nacional e internacional. O Brasil enfrentava altos índices de miséria e recebia baixos investimentos externos, sendo considerado de pouca relevância para o grande capital estrangeiro, que se preocupava majoritariamente em reerguer os países europeus da crise após a Segunda Guerra Mundial, encerrada em 1945. Dois anos mais tarde, em 1947 a Guerra Fria dividiu o mundo entre o sistema capitalista comandado pelos Estados Unidos e o socialismo da União Soviética. No cerne destes acontecimentos, o país era governado por Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), um militar conservador e extremamente religioso, que determinava os rumos do Estado baseado naquilo em que acreditava ser mais vantajoso economicamente, a fim de consolidar o projeto desenvolvimentista de seu governo, conhecido como Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia).

Dito isso, Dutra não hesitou em estabelecer uma forte aliança com os Estados Unidos e o sistema capitalista, desenvolvendo com este uma relação subserviente. Nesta perspectiva, chega à cena Nelson Rockefeller, um homem político e filantropo, criador da *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), agência com a qual fora instituído um acordo rumo à modernização do campo brasileiro, que conseqüentemente traria prosperidade econômica ao Estado e seu povo (Silva, 2009). Neste trato, os norte-americanos contribuiriam com a tecnologia e o Brasil com os recursos naturais – como de praxe, a agricultura foi e ainda é, a porta de entrada do Brasil para o mercado internacional (Starling & Schwarcz, 2015). Em 1948, Rockefeller e o então governador de Minas Gerais, Milton Campos, almejando suprir as necessidades industriais, desenvolver a exportação e, ao mesmo tempo conter o êxodo rural, selaram o compromisso de criação da Agência de Crédito e Assistência Rural – ACAR em terras brasileiras (Fonseca, 1985; M. M. Oliveira, 1999).

Nas décadas seguintes, a ACAR passou por algumas reformulações, mais precisamente quanto a sua nomenclatura do que em relação aos seus objetivos. Estes, se consolidaram sob os princípios da difusão tecnológica, onde o agricultor é apenas um receptor de mensagens cuja informação tende a não ser assimilada tal como se objetiva. Fato é que esta interferência na compreensão da mensagem, se deve à metodologia utilizada e não às capacidades intelectuais do agricultor. Através deste modelo, o trabalhador rural é induzido ao uso de um pacote tecnológico que, muitas vezes, gera o endividamento do mesmo através do crédito rural. Essa tentativa de capacitar o agricultor para as novas tecnologias, desconsidera o saber local e não o reconhece como sujeito transformador do mundo onde vive (Freire, 2014).

O então nomeado serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, sofreu poucas alterações durante os 40 anos seguintes, sendo somente a partir da nova Constituição de 1988 e da emergência dos movimentos sociais, que este modelo difusionista-inovador passou a ser questionado.

Ainda se tratando do papel exercido pela extensão rural no Brasil, faz-se necessário destacar que esta, uma vez consolidada dentro de uma sociedade patriarcal e conservadora, exerce sobre a mulher rural uma dupla estigmatização. A primeira delas, tange simultaneamente homens e mulheres rurais, que, aos olhos do serviço de assistência técnica, são meros espectadores de uma modernização a qual devem adotar sem questionamentos (Freire, 2014). Seu segundo estigma se instala no pensamento equivocado de que à elas estão destinados somente os serviços domésticos e a criação dos filhos, desconsiderando o trabalho das mulheres nos quintais produtivos e na roça, de modo a restringir sua autonomia (Moraes, Jalil, Santos, Costa, & Oliveira, 2018). Fonseca (1985) aponta que durante quase meio século, a mulher agricultora recebeu apenas a atenção de uma extensionista, formada em economia doméstica, instruída a ensiná-la somente sobre atividades simples, voltadas para as tarefas de casa e aos cuidados com a saúde e alimentação da família. Também o homem agricultor, fruto de uma sociedade machista, apresenta ainda hoje certa relutância quanto a necessidade de envolver sua esposa e filhas em atividades consideradas de domínio masculino.

Somente em 1988 com a criação da Nova Constituição, as mulheres do campo foram oficialmente reconhecidas como trabalhadoras rurais, onde lhes foi garantido o direito à aposentadoria e aos demais benefícios assegurados anteriormente apenas aos agricultores do gênero masculino. Essa vitória se deu primordialmente a organização dessas mulheres na criação de novos espaços políticos a fim de que suas reivindicações fossem efetivamente ouvidas (Sales, 2007). Entretanto, sabemos que a dominação masculina se constitui em bases sólidas e que, embora exista no papel o reconhecimento da contribuição feminina para com a atividade agrícola em todas as suas fases – do roçado à colheita, a organização da família e a subordinação da mulher ao homem não sofreu mudanças significativas (Rossini, 1993).

Nessa perspectiva, admitindo-se o papel subalterno ainda destinado à mulher na zona rural brasileira, em consonância com o aumento dos debates a respeito de uma reformulação nos serviços de ATER – que será melhor retratado posteriormente, surge a ideia do presente trabalho, que tem por objetivo contribuir para ambas as questões: a construção de uma extensão rural participativa, que abandona os moldes difusionistas do século passado e o reconhecimento da mulher como agente dessa mudança, capaz de mobilizar sua comunidade, produzir alimentos e gerar renda para o sustento de sua família.

2. Metodologia

Esta pesquisa se enquadra na categoria de revisão bibliográfica, com aporte para a temática de gênero, extensão rural, agricultura familiar e políticas públicas. Deste modo, nos valem de trabalhos realizados por outros autores dedicados ao tema, a fim de que nossas próprias perspectivas sejam fomentadas através das principais discussões que abriram caminho para estudos como este (Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R., 2018).

De acordo com Gil (2008, p. 50), os trabalhos conduzidos por meio de livros, artigos científicos e demais documentos que corroborem com o assunto proposto, garantem aos pesquisadores “a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Neste sentido, ao abordarmos a presença da extensão rural no Brasil e o papel exercido pela mulher na zona rural, nos debruçamos em 70 anos de história, de modo que seria impossível compreender todas as transformações e permanências neste processo sem o amparo de dados secundários.

Para tanto, ainda que a pesquisa bibliográfica esteja presente na composição de todas as publicações científicas, reconhecemos as incertezas que permeiam sobre os estudos onde esta se apresenta como a principal fonte de dados. Segundo Gil (2008), é preciso considerar as possíveis incoerências dentro dos diversos conteúdos aos quais o pesquisador terá acesso. Uma vez reconhecida esta vulnerabilidade, entende-se que para cada um dos trabalhos selecionados deve-se dedicar atenção à sua origem, objetivo e, principalmente, ao público para o qual este se destina, o que exigirá do pesquisador um olhar atento e cuidadoso para com todos os documentos que virão a fomentar os argumentos de seu estudo (Prior, 2016).

Vale destacar também que no mundo das pesquisas bibliográficas existe a possibilidade de que um tema venha a “esgotar-se em si mesmo” de tal forma que estudos posteriores se configurem apenas em novas palavras para o mesmo assunto (M. F. Oliveira, 2011, p. 40). Assim sendo, para garantirmos neste trabalho o avanço na fronteira do conhecimento, nos valem de uma apuração aprofundada dentro das publicações que discutem a extensão rural em território brasileiro, a fim de que esta pesquisa colabore sobretudo para com as lacunas que precisam ser preenchidas dentro deste debate.

3. O Silenciamento da Contribuição Feminina na Agricultura

Como aponta as autoras Araújo, Costa e Lemos (2020), enquanto o capital valorizar o trabalho realizado pelo homem a partir dos lucros diretos que este oferece ao mercado, o trabalho exercido pela mulher, embora determinante para a manutenção familiar, continuará sofrendo com o desvalor – dentro e fora de casa. Essa afirmativa, vem ao encontro de Rossini (1993), que apresenta o conceito de “atividades não-produtivas”. Basicamente, são consideradas atividades não-produtivas, todas as funções que não são remuneradas, independentemente do tempo e desgaste físico e psicológico demandados por estas.

Nesse sentido, todas as funções realizadas pela mulher rural – o cuidar da casa, dos filhos, da alimentação da família, da horta e dos animais, se enquadram nesta definição de trabalho não-produtivo. Quando muito recebem algum valor líquido, este tende a ser por vendas de quitandas, leite e hortaliças na própria comunidade. O salário principal da casa, adquirido através do trabalho na roça, na plantação e na colheita, ainda que as mesmas também cumpram essa função, vai inteiramente para as mãos do homem da casa. De acordo com N. R. F. Oliveira e Vela (2008), até mesmo em situações onde um trabalho característico do grupo feminino recebe algum investimento ou tecnificação a ponto de contribuir significativamente para o sustento da casa, essa função é assumida pelo homem e a mulher passa a ocupar uma posição secundária nesta atividade.

Segundo Rossini (1993), enquanto o marido ou pai morarem na mesma residência, recebendo um salário inferior ou até mesmo sem possuir sua própria renda, esta figura masculina sempre será o chefe da casa. O papel de cônjuge ao qual a mulher está destinada há séculos, garante à mesma uma representação subalterna dentro e fora do ambiente familiar. O mais alarmante é que uma mulher solteira ou divorciada no meio rural, recebe um tratamento ainda mais inferior, sendo vista como alguém sem qualidades significativas o suficiente para “conquistar um marido” e constituir sua própria família. Isso nos leva a uma reflexão paradoxal: a mulher precisa de um homem ao lado para ser respeitada e, quando o possui, é subjugada à suas vontades e desconsiderada como força de trabalho essencial para a produção no campo. Weitzman (2011, p. 89), aponta que o fato de grande parte dessas mulheres aceitarem tais condições de vida com certa passividade, se justifica “pela própria concepção ideológica que embasa sua criação”.

Apesar do silenciamento ao qual a trabalhadora rural está sujeita diariamente, sua contribuição para o setor produtivo e econômico vêm aumentando nas últimas décadas. Melo (2006) afirma que a nível mundial, cerca de 50% da produção de alimentos básicos são

produzidos por mulheres trabalhadoras do campo. Embora este seja um dado significativo, vale destacar que “sua importância não se limita a participação nas atividades agrícolas ou não agrícolas” (Carneiro, 2001, p. 1) sendo estas também responsáveis pela manutenção dos costumes e tradições que se perpetuam no meio rural em forma de técnicas agrícolas, tratamentos homeopáticos, valores morais, entre outros.

Ainda nesta perspectiva, ressalta-se a contribuição indireta do trabalho doméstico para o mercado econômico. Pois bem, uma vez que as atividades comuns demandadas em todas as casas, já estão sendo feitas por uma pessoa – ou mais, quando a mesma possui filhas, esta mulher facilita a vida produtora de seu marido (Araújo, Costa, & Lemos, 2020). Vale lembrar também do protagonismo da mulher no “processo decisório referente aos alimentos que irão compor o cardápio alimentar diário da família” (N. R. F. Oliveira & Vela, 2008, p. 1). Ou seja, a mesma pessoa que realiza todas as atividades acima citadas, do roçado aos cuidados com a casa, ainda é responsável pela saúde e nutrição de todo o seu núcleo familiar. Uma vez que esta necessidade primordial está sendo cumprida, novamente seu marido e filhos possuem a disponibilidade e força necessárias para continuar a contribuir para a manutenção dos interesses do capital.

Ressalta-se que o próprio poder público por muito tempo sustentou – e em partes ainda sustenta, o modelo de sociedade que apoia a reprodução do machismo. Este fato está intimamente relacionado com as características de quem ocupa tais cargos de decisão – homens, brancos e cristãos. Um exemplo disso é apresentado por Moraes et al. (2018), a respeito da decisão do Estado em estabelecer como beneficiário das políticas públicas direcionadas para a zona rural apenas o chefe da família. Segundo as autoras, este fato presume que a unidade familiar seja “desprovida de relações de poder, de opressão e violência” (p. 8). Nessa perspectiva, o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, como instituição pública, tende a reproduzir a forma como as relações entre gêneros se estabelecem em diversos aspectos da sociedade, isolando as mulheres daquelas atividades em que novos conhecimentos tecnológicos ou econômicos fossem transmitidos, mesmo que em seu modelo difusionista.

Por décadas, essas mulheres suportaram os salários desiguais, as heranças de terras partilhadas de modo a privilegiar os irmãos e a exclusão dos serviços de ATER quando relacionados aos assuntos que ultrapassam o perímetro doméstico. No entanto, com o passar do tempo, uma considerável parcela destas trabalhadoras rurais adquiriu consciência a respeito das desigualdades que pleiteiam sua existência enquanto mulher do campo. Este grupo passou a reivindicar, através das lentes do feminismo, os direitos já garantidos ao

trabalhador do gênero masculino e a ocupar, ainda que em uma quantidade desproporcional ao número de homens, os espaços institucionais que lhes oferecem novos conhecimentos e oportunidades de fala. Este novo momento na vida da mulher, teve a Igreja como instituição fundamental, onde através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) as mesmas tiveram acesso ao conhecimento necessário para que questionassem a sua condição social (Deere, 2004). As décadas seguintes foram marcadas por diversos movimentos sociais que obtiveram consideráveis conquistas em suas tentativas de diálogo com o Estado.

3.1 Movimentos rurais e a organização feminina no Brasil

Segundo Aguiar (2016), em meados da década de 80 juntamente ao fim do regime militar, os movimentos sociais liderados por mulheres rurais se fortaleceram amparados pela Igreja através das Comunidades Eclesiais de Base. Esta instituição foi fundamental para “despertar as mulheres para a política, ao incutir nelas o desejo de participar das lutas sociais” (p. 264). Através desses encontros, a mulher do campo passou a questionar suas condições de vida e as desigualdades as quais estavam sujeitas. Vale salientar que a presença feminina especificamente em locais religiosos, se justifica pelo modelo de sociedade na qual estas mulheres estão inseridas. Segundo Pinheiro (2007), além de todas as funções anteriormente citadas como responsabilidade da mulher, cabe também a ela o cuidado espiritual da família.

Simultaneamente ao surgimento dos primeiros grupos liderados por mulheres, emergia no cenário nacional um novo modelo de sindicalismo. Este, foi criado com o intuito de reivindicar o modelo tradicional, que, além de ser extremamente burocrático, era constituído apenas pelo gênero masculino (Aguiar, 2016). Em uma explosão de novos movimentos na mesma década, as organizações de mulheres rurais se ampliaram em todo o país, em busca de reconhecimento como trabalhadoras rurais e de outras demandas específicas de cada região:

Para citar alguns, temos, só no Rio Grande do Sul, duas importantes organizações de mulheres: as “Margaridas” e as “Mulheres da Roça” (1986), que, posteriormente, deram origem ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR), movimento estadual autônomo criado em 1989. Em Santa Catarina, surgiu, em 1983, o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), estimulado pela ação da Igreja progressista. Na Paraíba, podemos destacar o Movimento de Mulheres do Brejo Paraibano; em Pernambuco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC), que surgiu em 1982. Em âmbito regional, houve o surgimento, em 1988, da Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), criado em 1986 (Aguiar, 2016, p. 266).

Graças à esta forte movimentação feminina, quando a Constituição de 1988 foi estabelecida, suas principais pautas como o direito à aposentadoria, salário-maternidade e os demais benefícios de seguridade social lhes foram assegurados. Contudo, em 1991, o então presidente da República Fernando Collor de Melo, vetou a implementação da lei que garantia a licença maternidade às mulheres rurais, justificando que “no caso de ‘produtores especiais’ não havia correlação entre o pagamento de cotas e seus potenciais benefícios sociais” (Deere, 2004, p. 183). Ainda segundo a mesma autora, este retrocesso nas conquistas femininas, causado pelo não cumprimento do que foi garantido em 1988, culminou em uma continuidade da mesma luta nos anos seguintes, e, em consequência, atrasou a entrada das mulheres na luta por direito à terra.

Não é de se surpreender que a luta da mulher, se tratando diretamente do combate ao sistema de dominação masculina em busca de direitos iguais, enfrentaria uma gama de impedimentos por parte do Estado. Como afirma Paulilo (2003, p. 5), tocar na tradição patriarcal equivale a abertura de um “conflito profundo, sem nenhuma solução fácil à vista”. Os anos iniciais da década de 2000 foram marcados por uma intensa luta por reforma agrária, especificamente ao que se refere ao aumento de mulheres beneficiadas pela política, que ainda permanecia desigual. Segundo Deere (2004), até mesmo no centro das organizações de esquerda em prol da reforma agrária, como o Movimento Sem-Terra (MST), as mulheres enfrentaram um certo silenciamento por parte do grupo quando havia a necessidade de posicionamento direto frente aos direitos à terra também para a mulher.

Espera-se que essa breve contextualização histórica do caminho percorrido pelos movimentos sociais femininos seja suficiente para apresentar suas diferentes formas de organização, as principais demandas e alguns dos muitos obstáculos enfrentados por estes grupos. Sabe-se que ainda existe um extenso caminho pela frente e que, tais avanços para o rompimento deste quadro de dominação masculina são apenas uma parte de um longo processo que continua nas décadas seguintes. Contudo, em conformidade ao objetivo proposto por este trabalho, daremos atenção especial a uma política criada em 2003 e institucionalizada em 2010, com o objetivo de atender às demandas dos movimentos sociais e aos novos propósitos do governo vigente para o serviço de assistência técnica e extensão rural – a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

4. Um Novo Momento para a Extensão Rural Brasileira

Em consonância para com as demandas dos movimentos sociais emergentes nas décadas anteriores, foi-se instituída a PNATER, com o objetivo de desenvolver um serviço de assistência técnica participativo, que considera os moradores do campo e seus saberes locais como fonte de aprendizagem e conhecimento. Vale ressaltar que embora nosso destaque seja para as mulheres rurais, esta política visou atender a todos os tipos de populações encontradas no campo – quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas, povos tradicionais e entre outros.

Esta política foi elaborada em conformidade ao trabalho de Paulo Freire, que, em 1968, desenvolveu uma obra fundamental quanto ao caminho para ressignificação dos serviços prestados no campo. Segundo o autor, o modelo tradicional de assistência técnica conduz um trabalho que procura “normalizar” o trabalhador do campo de maneira domesticadora, como se este fosse um ser inferior, incapaz de atuar criticamente sobre as informações que recebe e desqualificado para contribuir efetivamente no avanço da fronteira do conhecimento agrícola e pecuário.

Segundo Freire (2014), enganam-se pois, aqueles que corroboram com o pensamento de que este modo grotesco e incondizente de ver e tratar o trabalhador rural, é a chave para o desenvolvimento econômico e social das zonas rurais brasileiras. Esta pseudo-superioridade serve portanto, apenas para invadir a cultura popular e distanciar relações que devem ser próximas. Para que hajam avanços reais em tais objetivos, é necessário que se construa o conhecimento de maneira conjunta entre o extensionista e o trabalhador. Como bem aponta o autor “não se trata apenas de ensinar-lhes; há também que aprender deles” (1977, p. 51).

Contudo, desenvolver um serviço de assistência técnica humanizado, que encare este processo como a oportunidade de prover uma educação libertadora, não é algo que possa ser realizado facilmente. Principalmente quando esta ressignificação requer um rompimento com o modelo tradicional difusionista aplicado em terras brasileiras há mais de 60 anos. No entanto, a PNATER assume este desafio em 2003, ao definir como seu objetivo principal:

Contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], 2004).

A inclusão de outros grupos que compõem a zona rural brasileira neste novo caminho vislumbrado para serviço de ATER, em grande parte se deve à metodologia participativa utilizada para a construção deste documento. Segundo Caporal (2006, p. 1), a elaboração da PNATER contou com a “representação dos agricultores familiares, de movimentos sociais e de prestadores de serviços de ATER governamentais e não governamentais”. Neste novo momento, o MDA criou a diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, onde pela primeira vez a mulher do campo foi contemplada por programas específicos, que tinham como objetivo a redução das desigualdades de gênero existentes na zona rural (MDA, 2010).

No entanto, nos anos seguintes a PNATER sofreu certas interferências por partes interessadas que se viram em desvantagem neste novo modelo (Caporal, 2011). Embora esta política, em teoria, seja algo realmente admirável em inúmeros aspectos, é compreensível que, se tratando do campo brasileiro, existam conflitos que não se resolvem de maneira simples: tem-se a imagem desgastada do extensionista rural no campo; os problemas existentes na formação deste profissional para que ele atue como um educador e não como um transmissor de tecnologia; o interesse do setor agrário em continuar nos moldes tradicionais, entre muitos outros.

Contudo, agarrados à esperança de que os serviços de assistência técnica buscam construir uma nova relação com os(as) agricultores(as) familiares, chegamos ao nosso último tópico, onde ancorados em toda a trajetória de luta e organização feminina retratada anteriormente, apresentamos a mulher como peça fundamental neste processo de reformulação da extensão rural.

5. A Contribuição da Mulher na Construção Coletiva do Conhecimento

Menezes (1996), em seu trabalho sobre as relações de solidariedade em uma comunidade camponesa, constatou que as relações entre vizinhas suprem demandas que as “instituições estatais são insuficientes para atender” (p. 44). Isso acontece por diversas razões, tais como a localização da comunidade, a gestão do poder público municipal e os recursos encaminhados pelo Estados para estas regiões, bem como a sensação de não-pertencimento às cidades e seus espaços por parte dessa população. Essa junção de fatores faz com que as mulheres do campo exerçam um papel social que não possui tradução fácil (Scheper-Hughes, 1993).

Nessa perspectiva, ressalta-se que a relação estabelecida entre mulheres da mesma comunidade é incentivada de geração para geração, ou seja, filhas podem garantir laços

afetivos e de solidariedade com uma determinada família que, em um outro momento prestou favores aos seus pais ou avós, quer sejam estas relações sustentadas pelo parentesco ou não. Ainda segundo Menezes (1996, p. 44), momentos de “fome, doenças, mortes e nascimentos” conseguem ser superados conjuntamente através dos laços sociais construídos pela reciprocidade existente entre as mulheres de uma comunidade.

Essa correlação entre vizinhas costuma também se direcionar para os aspectos que tangem o desenvolvimento da comunidade. Basicamente, novos conhecimentos não somente são compartilhados entre mulheres, como estas também possuem certa preferência pelo trabalho em equipe. Isso pode ser explicado através das constatações de Bruno, Aquino, Jalil, Junior e Bordalo (2011) em sua pesquisa sobre a organização produtiva de mulheres assentadas pela reforma agrária. Segundo as autoras, os momentos de socialização entre mulheres são apreciados como um espaço para a troca de experiências e saberes, sendo garantido um maior reconhecimento dentro da comunidade quando o trabalho feminino é realizado em conjunto.

Nessa perspectiva, outro fator que vem a fomentar a reflexão a respeito do papel fundamental exercido pela mulher no desenvolvimento econômico e social de sua comunidade, é levantado pelos estudos de Swanson e Rajalahti (2010). Segundo os mesmos, enquanto o agricultor do gênero masculino tende a se concentrar nas culturas que se alinham às suas tradições, as mulheres agricultoras geralmente se encontram mais abertas às novas técnicas e culturas de alto valor no mercado que possam vir a ser apresentadas por um extensionista. Bourdieu (2006) explica que a capacidade das mulheres em se adaptar ao novo com maior facilidade quando comparadas aos homens, está no fato de que para elas a cidade e seus modelos culturais representam a possibilidade de emancipação.

Essa disposição feminina tanto para construir coletivamente novos saberes quanto para se organizarem em grupos de autoajuda e produção, contribui para a segurança alimentar de sua comunidade, mesmo quando essas mulheres não recebem a assistência técnica de maneira igualitária ao homem (Swanson & Rajalahti, 2010). Por este ângulo, é possível perceber que, uma vez sendo recebidos os investimentos certos este grupo social pode, a longo prazo, se tornar uma peça ainda mais importante nos mercados regionais e na garantia de melhor qualidade de vida para elas e para as pessoas ao seu redor.

Nesse sentido, retornarmos à visão freireana a respeito de uma reformulação no serviço de assistência técnica. Para o autor, o trabalho do extensionista só conseguirá avançar enquanto modelo de construção participativa, quando este buscar o diálogo junto aos agricultores, a fim de compreender sua realidade e deste modo, transformá-la (Freire, 2014).

Essa afirmativa se enquadra exatamente no que sugerimos quando apontamos a mulher como sujeito transformador de sua comunidade e do serviço de extensão. Este grupo social requer um olhar atencioso para suas próprias demandas, a partir de um reconhecimento do papel exercido pelas mulheres dentro da zona rural e das dificuldades enfrentadas, bem como a valorização de seus saberes e visões de mundo. Decerto, após este primeiro passo do serviço de assistência técnica, o relacionamento entre extensionista e agricultoras trará bons frutos para ambos os lados.

Fato é que as mulheres rurais já contribuem efetivamente tanto para seu núcleo familiar, quanto para o desenvolvimento econômico local. O que faz turvo este reconhecimento é a posição secundária destinada à mulher do campo. Sua participação na economia é negligenciada de modo secular e, neste contexto, um serviço de assistência técnica que se dedique à propostas voltadas especificamente para este grupo e sua ascensão enquanto produtoras – sejam agrícolas ou em suas demais capacidades, contribuirá consideravelmente para o valorização da mulher tanto perante a sociedade, quanto de si mesma. Como bem aponta Simone de Beauvoir (2009, p. 154), o trabalho significa para a mulher uma “conquista concreta de sua dignidade social, de sua liberdade de costumes e de sua autonomia econômica”.

Ao olharmos para o futuro almejando uma transformação no modelo tradicional de extensão rural no Brasil, nos valem das palavras de Weitzman (2011, p. 108), ao afirmar que “as mulheres são fundamentais para a construção do conhecimento agrícola e as políticas de ATER não podem desconsiderar as inovações que as mulheres lançam mão nas suas comunidades, a partir de suas práticas cotidianas”.

6. Considerações Finais

O serviço de assistência técnica é uma atividade indispensável no campo brasileiro. Suas contribuições, apesar dos muitos problemas enfrentados por suas instituições são inegáveis. Não podemos hegemonizar os profissionais extensionistas pois sabemos que muitos deles exercem junto às comunidades um trabalho louvável. No entanto, espera-se que em um futuro próximo, essas situações sejam comuns dentro da assistência técnica e que este trabalho seja realizado de maneira inclusiva, participativa e sustentável por todos os seus servidores. Para que isso aconteça, faz-se necessária uma reformulação em todas as instituições envolvidas no processo de assistência técnica, desde as universidades que formam os profissionais que vão à campo, abrangendo o poder público federal, estadual e municipal.

Com efeito, assume-se que cada passo no rompimento deste quadro de desigualdades é fruto de uma árdua luta feminina em busca de seus direitos. A emancipação da mulher precisa ser vista como uma vitória de todos e não somente do grupo ao qual atinge. Como vimos neste artigo, o serviço de assistência técnica, a economia local e o núcleo familiar da mulher tendem a ganhar mutuamente quando esta encontra seu espaço como sujeito de transformação da sociedade e do ambiente onde vive. Nesse sentido, faz-se cumprir em uma mesma prática o que determina a PNATER de 2010 e o que é necessário para que a mulher tenha seu valor reconhecido socialmente e economicamente. A construção de um conhecimento participativo emergirá através de novas narrativas, que trarão consigo novas dúvidas e também novas respostas.

Para tanto, sugere-se que sejam ampliados os diálogos entre extensionistas e mulheres da zona rural brasileira, a fim de que seus principais interesses se tornem pautas tratadas dentro e fora da academia com a mesma atenção fornecida às atividades exercidas pelos demais atores do campo. Vale ressaltar ainda que os problemas aqui expostos não se apresentam como pautas principais do atual governo, o que não diminui a urgência desse debate. Deste modo, em consciência de que a mulher do campo não consegue ocupar espaços de fala como esse, torcemos para que os pontos de vista aqui apresentados contribuam para a inclusão da mulher rural como agente transformadora do campo perante o serviço de assistência técnica brasileiro.

Ao final deste artigo, reconhecemos um vasto campo para pesquisas futuras a respeito das relações de poder e do quanto as mesmas impedem que este processo de transformação da extensão rural aconteça naturalmente. Visualizamos também as possibilidades de avanço na fronteira do conhecimento em relação a elaboração de metodologias participativas e de estudos que determinem as principais demandas das mulheres do campo.

Tal como afirmamos no decorrer deste trabalho, a construção coletiva do conhecimento requer a participação ativa de todos os atores envolvidos neste processo. Sendo assim, cabe à ciência o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias que venham a somar junto aos saberes das trabalhadoras rurais, a fim de que estas tenham acesso à inovações que contribuam para seu bem estar e desenvolvimento econômico.

Referências

Araújo, L. A., Costa, T. M. M., & Lemos, T. C. S. (2020). Mulheres no campo. *Campo-Território: Revista De Geografia Agrária*, 15(36), 88-111.

Aguiar, V. V. P. (2016). Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*, 15, 261-295.

Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bourdieu, P. (2006). O camponês e seu corpo. *Revista de sociologia e política*, (26), 83-92.

Bruno, R., Aquino, S. L. de, Jalil, L., Junior, V. J. W., & Bordalo, C. (2011). Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária. *Políticas de organização*, 70, 55.

Caporal, F. R. (2011). Lei de ATER: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, 4(1), 23-33.

Caporal, F. R. (2006). Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. *Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico*. Manaus: Bagaço, 09-34.

Carneiro, M. J. (2001). Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 22-55.

Deere, C. D. (2004). Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 175-204.

Fonseca, M. T. L. (1985). *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola.

Freire, P. (2014). *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.), São Paulo: Editora Atlas S.A.

Ministério Do Desenvolvimento Agrário. (2004). *Política nacional de assistência técnica e extensão rural*. MDA/SAF/Dater.

Ministério Do Desenvolvimento Agrário. (2010). 1º Conferência Nacional Sobre Assistência Técnica e Extensão Rural: *Ater para agricultura familiar e reforma agrária e o desenvolvimento sustentável do Brasil rural*. Recuperado de <http://www.agricultura.al.gov.br/cedafra/documentacao/1a-conferencia-nacional-sobre-assistencia-tecnica-e-extensao-rural/1a%20CONF%20NACIONAL%20SOBRE%20ATER.PDF>

Melo, L. A. (2006). *Crédito rural no Brasil: uma realidade para a mulher agricultora familiar?* Coordenação Geral de Estudos Ambientais e da Amazônia CEAMB. Recife-PE, 1-9.

Menezes, M. A. (1996). Relações de solidariedade em comunidade de camponeses-trabalhadores migrantes. *Informação & Sociedade*, 6(1), 39-49.

Moraes, L. L. de, Jalil, L. M., Santos, J. H. dos, Costa, M. A. G., & Oliveira, M. D. S. L. (2018). Pedagogia Feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste. *Interritórios*, 4(6), 07-31.

Oliveira, M. F. (2011). *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração*. Universidade Federal de Goiás. Catalão – GO.

Oliveira, M. M. (1999). As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 16(2), 97-134.

Oliveira, N. R. F de. & Vela, H. A. (2008). Escolhas alimentares, decisões culturais: a mulher define o que vai pra mesa. *Fazendo Gênero*, 1-6.

Paulilo, M. I. (2003). Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 15-38.

Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM.

Pinheiro, M. B. (2007). As Comunidades Eclesiais de Base e a conscientização política de mulheres: notas iniciais de pesquisa. *Seminário Nacional De Movimentos Sociais, Participação E Democracia*, 2.

Prior, L. (2016). Using documents in social research. In: Silvermann, D. (org.). *Qualitative Research* (pp. 273-294). 4a ed. United Kingdom: SAGE.

Rossini, R. S. (1993). Geografia e Gênero: a mulher como força de trabalho no campo. *Informações Econômicas*, São Paulo, 23 (supl.1), 1-13.

Sales, C. M. V. (2007). Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas*, 15(2), 437-443.

Scheper-Hughes, N. (1993). *Death without weeping: the violence of everyday life in Brazil*. University of California Press.

Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Swanson, B. E., & Rajalahti, R. (2010). *Strengthening agricultural extension and advisory systems: procedures for assessing, transforming and evaluating extensions systems*. Washington: World Bank.

Weitzman, R. (2011). Mulheres na assistência técnica e extensão rural. In: Butto, A. & Dantas, I (orgs.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural* (pp. 88-11). Brasília: MDA.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Camila Sobreira de Souza – 50%

Marcelo Leles Romarco de Oliveira – 30%

Nathália Thaís Cosmo da Silva – 20%